

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 798 – de 17 de novembro a 1 de dezembro de 2016



Eleição de Donald Trump nos EUA abre nova etapa da crise de dominação imperialista. A incerteza ganha o mundo. (leia nas pags. 11 e 12)



Universidade de Brasília ocupada



Metalúrgicos de São Carlos (SP) paralisam no dia 11 de novembro

OCUPAÇÕES ESTUDANTIS, GREVES E MANIFESTAÇÕES A RESISTÊNCIA AOS ATAQUES

Juventude

220 Universidades ocupadas contra PEC 55
pág. 2

Luta de classe

Em 11 de novembro houve greves e atos em todo país
pág. 4

Partido

PT convoca o 6º Congresso, é hora de reconstrução!
pág. 7

Chile

Em 4 de novembro, maior mobilização desde o fim da ditadura
pág. 10

Cresce a luta, são 220 universidades ocupadas!

Movimento Estudantil prepara caravana contra votação da PEC 55 no Senado

Avançam as ocupações de universidades, em alguns lugares com greve estudantil, contra a PEC 55 que está no Senado (ex-241, aprovada na Câmara). Já são mais de 220 campi ocupados, segundo a União Nacional dos Estudantes. O movimento chegou a universidades privadas, como a PUC Minas e de outros estados, já que a PEC também pode atingir pesquisas e o FIES.

Por todo o Brasil, acontecem assembleias históricas, como na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde milhares lotaram a arquibancada do Centro de Educação Física e Desportos. “É muito importante a mobilização que estamos vendo acontecer nas assembleias, em várias delas reunindo mais de mil estudantes, e o fato das ocupações estarem transbordando de vários prédios na mesma universidade, paralisação de salas de aula. Tudo isso mostra que se trata de um verdadeiro movimento de massas”, afirma Sarah Lindalva, diretora da UNE, e estudante da Universidade de Brasília (UnB).

Lá, em uma das maiores universidades públicas do país, são 14 prédios



Assembleia da UnB, Sarah ao microfone

ocupados. A atual direção do DCE da UNB é contra as ocupações, e a assembleia geral que decidiu o movimento foi dirigida pela Comissão Eleitoral. Reuniu 1500 estudantes. Desrespeitando a decisão da assembleia, a direção do DCE apoia um movimento pela desocupação, organizado pelo fascista Movimento Brasil Livre (MBL), que chegou a recorrer ao Ministério Público, mas não foi atendido.

Já na Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), “praticamente toda a universidade está ocupada, o nosso campus

aqui em Seropédica, o de Novo Iguaçu, em Três Rios. Aqui em Seropédica, além do prédio principal, tem ocupação em mais sete prédios e institutos”, afirma o estudante Leonardo Ratão.

Ele explica que a mobilização está forte, no início contava com pelo menos 300 pessoas ocupando o prédio central, e que dois cursos aprovaram greve estudantil.

Unidade nacional

Nos dias 14 e 15, a UNE realizou uma reunião nacional das ocupações, seguida de encontro entre diferentes

entidades ligadas à educação, como a UBES, CNTE e o Andes. A principal decisão é a de organizar uma grande caravana a Brasília na data prevista para a votação da PEC no Senado, em 29 de novembro. O que significa começar a preparar desde já as delegações para sair de todo o país.

“É uma decisão importante, precisamos jogar peso nesta atividade. Mas na minha avaliação o resultado dessa reunião deveria ter ido um passo à frente, aprovando um comando nacional com representatividade das ocupações, a partir da UNE, da UBES e da ANPG. Eu e outros companheiros intervimos nesse sentido, explicando que precisamos fazer um movimento coordenado. Chegamos a propor que, pelo menos, houvesse uma assembleia com representantes eleitos nas ocupações. Mas a direção majoritária da UNE não aceitou avançar nesse caminho, o que nega a perspectiva de uma organização nacional para dar consequência às centenas de ocupações de todo o país”, explicou Sarah.

Priscilla Chandretti

Golpistas reprimem com truculência

Ações da polícia e investida do MBL contra as ocupações dos secundaristas

O governo quer processar a UNE e a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) pela sua decisão unilateral de adiar o ENEM em escolas e universidades ocupadas, e quer cobrar R\$15 milhões. Ao adiar a prova, o governo esperava jogar estudante contra estudante. Agora, o MEC afirma que as entidades atuaram para “inviabilizar o ENEM”. O ministro da Educação, o golpista Mendonça Filho, também quer processar a UJS, organização de juventude que dirige a UNE e a UBES. É claramente uma tentativa de criminalizar as organizações estudantis. É mais um passo que se soma às várias medidas de repressão às mobilizações.

O ataque às entidades não é à toa, é para minar a capacidade de organização da juventude, que hoje oferece verdadeira resistência ao projeto dos golpistas, como a luta contra a PEC 55 (ver acima) e a exigência de retirada da Medida Provisória 746 do Ensino Médio.

Tortura como método!

São verdadeiros obstáculos para os estudantes, que por vezes são obrigados a recuar frente ao aparato de repressão do estado de exceção. Como foi a decisão de um juiz do Distrito



Estudantes secundaristas algemados em Tocantins

Federal, Alex Costa de Oliveira, que determinou expressamente métodos de tortura para forçar a desocupação do CEMAB, em Taguatinga.

O juiz da Vara da Infância e Juventude autorizou que a PM impedisse a chegada de alimentos para os secundaristas, a entrada de seus familiares, o uso de “instrumentos sonoros contínuos” para impedir que os jovens dormissem, corte de luz e água. Segundo o UOL, “medidas como isolamento físico e privação de sono estavam entre as técnicas de interrogatório permitidas pela agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA) para combater o terrorismo após os ataques de 11 de setembro de 2001.” A desocupação foi feita de forma violenta pelo Bope, com ataques de grupos contra a ocupação, insuflados pelo MBL, com uma estudante tendo sido agredida com uma

paulada na cabeça.

Em Tocantins, os estudantes foram retirados algemados de uma escola ocupada em Miracema do Tocantins, inclusive menores de idade. Tudo sob a orientação de um promotor do Ministério Público, sem mandado judicial para reintegração de posse.

As ações da Polícia Militar, do Judiciário e diferentes MPs para combater

as ocupações, se apoiam também nos fascistas do MBL. Como no Paraná, onde o MBL organizou atentados contra escolas ocupadas, com dano ao patrimônio, ameaça de agressão a estudantes, e o Judiciário, ao invés de impedir os agressores, usou isso como desculpa para ordenar desocupações, “em nome da segurança dos estudantes”.



Em São Paulo, no dia 11 de novembro, Dia Nacional de Paralisação da CUT e outras centrais, os estudantes marcaram sua presença. Uma marcha convocada pela União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) pedia a retirada da MP 746 e manifestava apoio à greve geral.

Tempos de turbulência

Diante do resultado eleitoral nos Estados Unidos com a eleição de Donald Trump, não faltam vozes a alardear que o mundo passa por um processo de “endireitamento”. Alarde que encobre o que de fato acontece.

Primeiro, mistura processos diferentes, como o Brexit na Grã-Bretanha (onde a maioria votou pela saída da União Europeia cujos ditames atacam direitos e serviços públicos) e a eleição de Trump (que em grande medida expressou a revolta com o “establishment”).

Outra coisa são os resultados eleitorais que mostram uma sanção aos partidos que no governo aplicam políticas que se chocam com suas bases sociais, resultando numa forte abstenção nos setores operários. Uns há mais tempo, caso do Partido Socialista do presidente francês, Hollande, que amarga uma popularidade de 4%, ou do PS chileno, da presidente Bachelet que nas últimas eleições municipais de outubro no Chile, com 66% de abstenção, foi desalojado das principais cidades do país. No caso do Brasil, esse processo de afastamento, mais recente, e no qual o PT não está condenado a prosseguir, impôs a derrota histórica nas eleições municipais de 2016. Nesses casos, falar em “endireitamento” é encobrir a responsabilidade das direções.

Nessa edição, as duas páginas (11 e 12) dedicadas aos Estados Unidos, trazem os elementos da situação de crise no coração da maior potência imperialista. No quadro de

uma situação de incerteza mundial, na qual o imperialismo estadunidense - apesar de há muito tempo ter necessidade de um poder forte para quebrar a resistência da própria classe operária dos EUA e de todo mundo - está mergulhado numa crise que lhe enfraquece, a eleição de Trump é uma nova etapa da crise de dominação imperialista.

COM TRUMP SE ABRE NOVA ETAPA DA CRISE DE DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

Uma etapa que coloca de maneira aguda, para os trabalhadores e todos os oprimidos que resistem para se defender, buscando servirem-se das organizações que construíram, a necessidade de passar à ofensiva para pôr fim ao sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção que empurra a humanidade à barbárie.

No Brasil, o governo golpista, pego no contrapé pois apostava as fichas em Clinton, publicamente na voz do ministro Serra, está decidido a acelerar a destruição das conquistas da classe trabalhadora, e está exposto à existência de organizações construídas pela classe, em particular o PT e a CUT, para avançar na sua política de terra arrasada.

No último dia 11, novamente a chamado da CUT, greves e manifestações em defesa dos

direitos ocorreram em todo o país. Também de norte a sul, a juventude ocupa escolas e universidades contra a famigerada PEC do teto de gastos e os estudantes vão realizar no dia 29 de novembro uma marcha a Brasília quando a PEC deve ser votada no Senado.

É essa resistência que é preciso aprofundar e unificar.

É nesse caminho que urge o combate pela reconstrução do PT. Uma reconstrução que começa pela reorientação política, deixando para trás a adaptação às instituições e a conciliação de classe que marcou esses 13 anos de governo, mesmo se houve conquistas. É preciso reconstruir o PT, reatando com seus compromissos originais, que fizeram do PT o partido com a vocação de conduzir a maioria oprimida da nação na luta pela soberania.

O 6º Congresso do PT, convocado para abril do próximo ano (pag.7), ainda que limitado pela manutenção do PED para escolha das direções municipais e delegados ao Congresso Estadual, deve ser um momento desse combate pela reconstrução.

A Corrente O Trabalho do PT, que nesse mês de novembro completa 40 anos - lado a lado com os companheiros e companheiras do Diálogo e Ação Petista e de todos que estão se agrupando nos Diálogos Itinerantes (pag.5) - está comprometida com este combate.

CAMPANHA FINANCEIRA



Memória

EM 1978, VOTO NULO POR UM PARTIDO OPERÁRIO

Nos principais estados, nas cidades e nos bairros em que os operários e grevistas se concentram, os votos nulos e brancos deixaram boquiabertos os “analistas” (...). Assim, não há como negar que mais de 25% do eleitorado deixou a marca do descaso, do desinteresse, da desconfiança e da negação dos dois partidos [Arena e MDB] (...). Como afirmou um dirigente sindical dos bancários de Minas: “Nós chamamos todo mundo aqui a votar nulo, explicando a necessidade de um Partido Operário Independente. (...) A tal ponto foi poderoso o apelo, e acertado também, que no primeiro dia da apuração dos votos o locutor anunciou por descuido, numa emissora, que estava surgindo no interior de Minas um novo partido, um tal de Partido Operário (...)”.

O Trabalho nº 14 – 21/11/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Jornada de 11 de novembro aquece a luta contra a PEC 55

Paralisações e atos ocorrem em todo o país por “Nenhum direito a menos”

Os resultados do Dia nacional de greve e paralisações de 11 de novembro mostram que ele foi mais amplo que a jornada anterior de 22 de setembro, atualizando a necessidade de organizar uma greve geral para valer.

Em 20 estados foram feitas ações contra a PEC 55 do “teto de gastos públicos” (antiga 241, hoje no Senado), pela retirada da MP do Ensino Médio, contra a reforma da Previdência e os ataques aos direitos trabalhistas promovidos pelo governo Temer, com grande participação da juventude estudantil (em relação com o movimento de ocupação de escolas secundárias e Universidades), além do apoio de movimentos ligados às Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

Um elemento novo foi a boa participação de cidades do interior em quase todos os estados, o que indica um enraizamento maior do movimento.

Professores das redes municipais e estaduais fizeram o maior número de greves no dia 11, mas também ocorreram paralisações de servidores, trabalhadores da saúde, bancários. Em várias cidades o transporte urbano foi paralisado nas primeiras horas da manhã, como em Florianópolis, Brasília, Recife (ônibus, metrô e ferrovia), Natal, Fortaleza, Teresina, Guarulhos, Sorocaba e região (sindicatos filiados à CUT, via de regra).

Na Bahia (Salvador e cidades como Ilhéus, Conquista e Amargosa), houve paralisações também de petroleiros, calçadistas, limpeza urbana, correios, comerciários e trabalhadores de água e esgotos. Em Pernambuco, parou pela manhã também o porto de Suape. Manaus e Belém registraram grandes atos de protesto. Em Porto Alegre, com grande passeata ao final do dia, os ônibus só não pararam em função da violenta repressão da Brigada Militar.



Paralisação de trabalhadores rodoviários em Brasília, 11 de novembro

No interior paulista ocorreram mobilizações em dezenas de cidades, como Sorocaba (transportes), São Carlos (paralisação na Volks, Tecunsem, Eletrolux e CPFL) e Bauru (transportes). Na grande São Paulo não houve grandes paralisações, além da greve dos professores, mas houve vários protestos e passeatas que confluíram para um ato na Praça da Sé com cerca de 10 mil manifestantes.

Onde estavam as outras centrais?

Toda essa mobilização, que os grandes jornais e TVs fizeram questão de não registrar, se deu graças ao engajamento de sindicatos filiados à CUT, à CTB e, em alguns estados, à Intersindical. Para realizar-se, teve ainda que superar obstáculos.

Um deles foi a confusão criada com duas datas – 11 e 25 de novembro – na “agenda das centrais” (ver OT 797), que teve um efeito dispersivo.

Nos fatos, a Força Sindical, UGT, arrastando a Nova Central, orientaram suas bases a não participar do dia 11, ao mesmo tempo que não propõem nem paralisação, nem greve para o dia 25, apenas atos de protesto. Na verdade, Força e UGT querem preservar sua relação amistosa com o governo Temer e nem de longe estão na linha da greve geral (ver box).

Já a Conlutas, embora tenha participado de atos em alguns estados, o fez

na linha de que o importante era fazer greve no dia 25.

A prioridade agora é 29 de novembro!

Uma primeira avaliação na CUT indica que a prioridade da central será jogar forças, em Brasília e nos estados, numa grande mobilização contra a PEC 55 no dia 29 de novembro (uma terça-feira), data marcada para sua votação no Senado.

Com efeito, entre desperdiçar energias em atos conjuntos no dia 25 com dirigentes que não se dispõem a organizar a ação unitária pela greve geral, ou jogar peso numa mobilização nacional contra a aprovação da PEC 55 no Senado quatro dias depois, é a segunda alternativa que se impõe. Ao mesmo tempo, é preciso ficar de olho também no STF, que tem em sua pauta a “terceirização da atividade fim” para ser julgada e que se arroga decidir sobre outros direitos trabalhistas (como o negociado prevalecer sobre o legislado).

É hora de se apoiar no aumento de mobilização e consciência das bases que foi revelado na jornada de 11 de novembro para, no dia 29, fazer nas capitais e cidades do interior uma nova jornada de luta, coroada por uma grande mobilização em Brasília. Essa é a tarefa do momento!

Julio Turra

FORÇA E UGT NO COLO DE TEMER

Em 14 de novembro, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou matéria intitulada: “Contra a CUT, Temer apela a UGT e Força por reformas”.

É claro que Temer quer relações amistosas com certos sindicalistas, para tentar passar suas propostas de liquidação de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Sabe também que pode contar com seu cúmplice Paulinho, que por acaso é o presidente da Força Sindical, que votou na Câmara a favor da PEC 241 (hoje PEC 55).

Já Ricardo Patah, presidente da UGT e filiado ao PSD de Kassab, após uma audiência privada de 40 minutos com Temer, convidou o ministro Meirelles para uma plenária na sede de sua central.

Essa matéria do “Estadão” provocou uma nota oficial da UGT, que não desmente nada do que foi publicado. Ela faz juras de amor à “unidade das centrais”, diz que respeita todas elas, para concluir que onde não houve acordo com Temer, “pontos polêmicos” sobre Previdência e PEC 55, a UGT continuará o “diálogo com o governo e congresso”.

Já Juruna, da Força Sindical, que posa de santo, manda recados de que não se deve acreditar na imprensa, enquanto seu chefe Paulinho continua o jogo sujo.

A direção da CUT não pode aceitar esse jogo da Força e da UGT, que já ficou explícito no boicote branco dessas centrais às ações do último 11 de novembro. Deve, ao contrário, buscar incidir nas bases e setores dessas centrais que efetivamente querem a ação comum na via da greve geral, para forçar o governo Temer a recuar nos seus ataques aos trabalhadores e à nação.



Manifestação ao final da tarde do dia 11, na Praça da Sé (SP)

Última hora

0 tempo ferve no Rio

Após semanas de mobilizações do funcionalismo estadual do Rio de Janeiro contra os cortes do governo Pezão (PMDB), que quer surrupiar “apenas” 30% de seus salários, o tempo ferve na capital carioca!

Após um novo conflito neste dia 16 entre manifestantes e PM diante da Assembleia Legislativa, dois soldados do Batalhão de Choque saíram do cordão de isolamento e se juntaram, sob aplausos, aos manifestantes. Foi decretada a prisão administrativa de ambos.

O que é um indício de uma situação de degradação profunda do estado, que só a unidade de todos os servidores pode reverter. Abaixo o pacote de Pezão!

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



É HORA DE RECONSTRUÇÃO DO PT!

Comitê Nacional do DAP chama a reforçar o Diálogo Itinerante

Em reunião no dia 5 de novembro, da sede nacional do PT, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista avaliou a gravidade da situação econômica social e política: crescimento do desemprego e avanço do processo de desindustrialização, intensificação dos

ataques do governo golpista aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional, aprofundamento da crise no PT, evidenciada pelos resultados eleitorais.

Às vésperas da reunião do Diretório Nacional que iria decidir sobre a realização do Congresso do partido, o Comitê Nacional ressaltou a importân-

cia de disseminar o Diálogo Itinerante com os petistas de todas as correntes, com base nos 17 pontos aprovados no lançamento nacional do Manifesto pela Reconstrução do PT.

As reuniões do Diálogo Itinerante já realizadas, bem como as agendadas para breve, mostram que a base petista

quer defender o seu partido, quer que o PT retome os princípios e a prática dos primeiros anos: um partido independente dos trabalhadores, que não concilia com os inimigos de classe e cujos rumos são definidos pelos militantes com base na mais ampla democracia interna.

Rio: 100 PETISTAS, DE VÁRIAS CORRENTES, DEBATEM LIVREMENTE

Um expressivo encontro do Diálogo Itinerante aconteceu no Rio de Janeiro, na sede do PT estadual, dia 7 de novembro. A reunião contou com a presença de cerca de 100 militantes, de várias correntes- Construindo um Novo Brasil, Ocupa PT (grupo recém-constituído), Avante e o Trabalho, além de lideranças da Juventude do PT e grupos de combate ao racismo. Estiveram presentes presidentes de Diretórios Municipais, entre eles o de Niterói, Antonio Carlos Fernandes.

Compuseram a mesa, coordenada por Lili (do Diálogo e Ação Petista), Markus Sokol (membro do DN-PT e do Comitê Nacional do DAP), Reimond (vereador pelo PT do Rio de Janeiro), Wadih Damous (deputado federal suplente PT-RJ e ex-presidente estadual da OAB) e Alberto Cantalice (vice-presidente nacional do PT e secretário de comunicação).

Na pauta da reunião, a discussão sobre o fim do PED, a ruptura com as políticas de conciliação, a defesa do PT e das conquistas da classe trabalhadora, como emprego, salários, programas sociais e o marco regulatório do Pré-sal.

Sokol ressaltou que, apesar da crise e da derrota eleitoral, nada está ainda decidido, mas o PT precisa fazer um balanço sério para se reconstruir, na base de seus compromissos históricos, e recuperar a confiança dos trabalhadores. Ele afirmou que o maior erro do PT foi não ter transformado as instituições, não ter assumido, desde o primeiro mandato de Lula, a Constituinte para fazer a reforma política.

No mesmo dia da reunião, houve a remoção de famílias do Horto Florestal,



Diálogo Itinerante no Rio na sede do Diretório Estadual do PT

em que uma moradora quase morreu. Reimond queixou-se de que ninguém da direção do PT havia falado nada a respeito. Ele disse concordar com o fim do PED e que o PT precisa se refazer.

Para Wadih Damous, o golpe ocorreu porque o PT colocou os pobres no orçamento. “Mas nós facilitamos o golpe. Tivemos uma derrota do Oiapoque ao Chuí, mas o PT é o projeto histórico da esquerda brasileira”. Ele defendeu o fim do PED e da conciliação com os inimigos.

Caltalice avaliou os resultados eleitorais como uma “hecatombe”. Para ele, o maior problema é que o PT, burocratizado e institucionalizado, não fez as reformas: “Em vez de enfrentar, decidimos negociar. Depois, aplicamos o golpe no povo ao nomear o Levy”.

Houve mais de 20 intervenções do plenário, quase sempre com críticas à política do partido e preocupação com os ataques do governo Temer aos trabalhadores. O presidente do DM de Niterói agendou para 29 de novembro encontro do Diálogo Itinerante na Câmara Municipal.

Francine legelski

PARANÁ: A DISPOSIÇÃO DE PROSSEGUIR O DIÁLOGO

Cerca de 35 militantes participaram em Curitiba, no dia 27 de outubro, do Diálogo Itinerante. Estiveram presentes também militantes de Araucária, São José dos Pinhais e São Mateus do Sul.

A mesa, composta por Mário Dalzot (presidente do Sindicato dos Petroleiros PR/SC), Paulo Antunes (dirigente do Sindiquímica) e Roberto Salomão (Comitê Nacional do DAP), apresentou os 17 pontos pela Reconstrução do PT e uma declaração, aprovada por unanimidade, solicitando que a Executiva Nacional entregasse os cargos ao DN,

para que este indicasse uma Executiva de Transição capaz de organizar o Congresso extraordinário do partido. Também foram aprovadas moções em defesa de Lula e das organizações dos trabalhadores, em apoio à greve dos servidores estaduais e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Os integrantes da mesa dispuseram-se a organizar outras reuniões do Diálogo Itinerante no estado.

Correspondente

CENTRO (SP): ESFORÇO PARA CORRIGIR OS RUMOS

O Diálogo Itinerante realizou reunião no centro de São Paulo, com mais de 30 presentes. A mesa foi constituída com Carmen Silva, presidente do diretório zonal; Ramatis Jacinto, da direção estadual do PT; Markus Sokol, do diretório nacional; e Salete Campari, da Associação de Parada do Orgulho Gay.

Os membros da mesa destacaram que a quantidade de presentes num domingo à tarde demonstrava que os petistas querem debater os rumos do Partido dos Trabalhadores para corrigir a rota. Salete falou sobre as dificuldades enfrentadas pelo Partido, que se afastou da base. Carmem ressaltou a importância de defender o PT nos movimentos.

Ramatis destacou a diferença entre reconstrução do partido e a refundação, proposta por Tarso Genro, que considerou um equívoco. Ele também discutiu os 17

pontos pela reconstrução propostos pelo DAP. Sokol apresentou dados do partido, segundo os quais o PT estará a partir de 1º de janeiro participando em mais de 1.600 prefeitura com partidos golpistas. Destacou a necessidade da renovação e do congresso, que precisava acabar com o PED.

Nas falas do plenário, houve uma grande preocupação com a possibilidade de debandada do partido. Ao final, foi aprovada por unanimidade uma moção, para que o PT apoie a preparação da greve geral por nenhum direito a menos, o fora Temer, a luta pela Constituinte da reforma política, o fim do PED e a volta dos encontros de base.

Foi aprovada a realização, ainda este ano, de mais duas reuniões do Diálogo Itinerante, uma no movimento LGBT e outra em uma ocupação da FLM.

ACENDA:

Porto Alegre - a atividade do Diálogo Nacional Itinerante de Porto Alegre será dia 25 de novembro, com a participação de Luiz Eduardo Greenhalg, do comitê nacional do Diálogo e Ação Petista. Está confirmada a presença de Jairo Carneiro, presidente estadual da Federação dos Metalúrgicos da CUT/RS e fundador do PT.

Belo Horizonte - será no dia 26 de novembro, com a participação de várias cidades do interior. Convocam a atividade membros do Diretório Estadual (Marcelo D'Agostini e Sumara Ribeiro) e os vereadores de Belo Horizonte Pedro Patrus e Arnaldo Godoy e de Juiz de Fora, Betão.

Defender Lula é defender o PT e as organizações dos trabalhadores

Ofensiva contra ex-presidente visa quebrar a resistência contra retirada de direitos

Com a presença de militantes, artistas, intelectuais, jornalistas, lideranças sindicais e de movimentos populares, representantes de partidos, dirigentes e parlamentares do PT, foi feito o lançamento nacional, em 10 de novembro, da campanha “Um Brasil justo pra todos e pra Lula”. O ato ocorreu na Casa de Portugal em São Paulo.

A campanha, que pretende se espalhar pelo Brasil (estão previstos lançamentos estaduais até 25 de novembro e em 27 de novembro atos de massa em locais públicos), precisa se constituir numa trincheira contra a ofensiva que visa soterrar o país em um estado de exceção, sendo a Operação Lava Jato um de seus principais vetores. Da truculência policial, como o episódio da invasão da escola Florestan Fernandes do MST (ver pag.8), a perseguição de Lula, com sucessivas acusações sem provas, o único objetivo é desmoralizar e destruir as organizações dos trabalhadores para quebrar a resistência aos ataques do governo, congresso e judiciário golpistas.

Para fazer frente a essa ofensiva, urge, em particular, desmascarar a Operação Lava Jato - que acumula condenações contra dirigentes e militantes petistas, mantendo-os presos em Curitiba. Uma operação que além dos abusos e ataques à democracia, é um trabalho sistemático de achincalhamento, em particular de Lula - como o recente episódio da abertura de investigação



Lula discursando em ato de lançamento da campanha em sua defesa

sobre a reforma da piscina do Palácio do Planalto - para, independentemente de provas, criar as condições políticas para uma condenação e mesmo prisão.

Acusar os acusadores

“O Brasil vive um estado de exceção, é a perseguição ao presidente Lula, a perseguição aos movimentos sociais, a invasão de escola Florestan Fernandes do MST, a violência contra os meninos e meninas que fazem as atividades nas escolas”, disse Vagner Freitas, presidente da CUT no ato do dia 10, e completou: “o golpe trouxe para o Brasil o estado de exceção, e para o golpe ficar completo, não basta tirar a Dilma, tem que prender o Lula e calar os movimentos sociais”. É disso mesmo que se trata. E a farsa do combate à corrupção, serve a isso.

Ao discursar no ato do dia 10 Lula disse, “não tenho nenhuma preocupação de prestar contas à Justiça brasileira. O que eu tenho preocupação é quando eu vejo um pacto quase diabólico entre a mídia, a Polícia Federal, o Ministério Público e o juiz que está apurando todo esse processo” e completou, “Se eu disser a eles a convicção que tenho deles, vai ficar ruim. Eu não tenho que provar minha inocência, eles é que têm que provar a inocência deles na acusação que fizeram.”

A campanha em defesa de Lula deve servir para desmascarar, contra a intoxicação midiática dos paladinos do pretenso combate à corrupção, que esta não é a pauta dos trabalhadores e de suas organizações. Bem ao contrário, é uma pauta estabelecida para atacar as organizações.

Novas instituições

A Ação Penal 470, o impeachment de Dilma e a ofensiva contra Lula, são demonstrações cabais do conluio das instituições apodrecidas para bloquear as profundas transformações necessárias para tirar o país da subjugação aos interesses imperialistas e seus títeres locais.

Incondicionais na defesa de Lula, e, portanto, dispostos a construir essa campanha em todo o país, uma reflexão, todavia, se coloca. O manifesto lançado no dia 10 afirma na sua abertura que “o estado de direito democrático, consagrado na Constituição de 1988, é a mais importante conquista.”

A Constituição de 1988, fruto de uma Constituinte de meia tigela - contra a qual o PT votou - não consagrou um verdadeiro estado de direito no país. Ao contrário, pactuada entre as classes dominantes - ainda que a pressão popular pôde nela inscrever algumas pequenas conquistas - ela preservou as instituições e entulhos da ditadura, das quais os golpistas se servem agora.

A luta por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político (judiciário aí incluído) segue colocada, para destravar a situação que impede as reformas necessárias para consagrar um verdadeiro estado de direito e uma nação soberana.

Misa Boito

Eleições municipais

Como no 1º turno, no 2º o dado relevante foram as abstenções, brancos e nulos

O resultado do segundo turno das eleições municipais, realizado em 30 de outubro, só fez confirmar o que as urnas explicitaram no primeiro turno. De um lado a ampliação da abstenção e dos votos brancos e nulos. De outro lado a derrota histórica do PT, que não venceu em nenhuma das sete cidades que disputou: Recife (PE), Vitória da Conquista (BA), Juiz de Fora (MG), Anápolis (GO), Santo André e Mauá (SP) e Santa Maria (RS).

No geral, mais de 7 milhões de eleitores não compareceram às urnas para votar no segundo turno, o que representa 21,6% do total de eleitores aptos a votar. Em 2012 esse percentual foi de 19,11%. O número de votos em brancos ou nulos somou 3,6 milhões, o que representa 14,3% do total de votos, resultado que é 54% superior

ao de votos brancos e nulos registrados em 2012. A cidade de Mauá (ABC Paulista), onde o PT disputava a reeleição, foi campeã em brancos e nulos que representaram 25,8% dos votos.

Repetindo os erros

Depois do segundo e no desenho final das eleições o que se vê é a repetição de graves erros políticos - que facilitaram a ofensiva contra o partido - e que estão na base da derrota histórica nestas eleições de 2016, na qual o PT perdeu 10 milhões de votos.

No segundo turno, em cidades onde não concorria, como São Bernardo do Campo, onde foi derrotado no primeiro turno o PT, que governava a cidade há 2 mandatos, “liberou” o voto, mas seus principais dirigentes - a começar pelo atual prefeito petista - apoiaram

Alex Manente do PPS que foi derrotado pelo PSDB.

Em Osasco (grande SP), apesar do DM-PT ter decidido voto nulo, o partido se viu dividido entre apoiadores do atual prefeito Jorge Lapa (que saiu do PT e fez uma campanha eleitoral de linchamento do partido), apoiadores de Rogério Lins (PTN), que ganhou a eleição, e aqueles que chamaram voto nulo.

A “Breve análise das eleições municipais de 2016”, elaborada pela Secretaria Nacional de Organização (Sorg) do PT, após o primeiro turno, escancara o problema.

Apesar do PT ter conquistado apenas 256 prefeituras, segundo a Sorg “a tendência é que participe de 1676 governos municipais”! A Sorg explica que isso se deve ao fato de que “candidatos

com o apoio do PT na coligação majoritária, venceram as eleições em 1420 municípios”. A explicitação dos dados demonstra a insistência no erro de aliar-se com nossos inimigos, os atuais golpistas de plantão. “O PT apoia o PMDB em 298 municípios, enquanto os prefeitos e prefeitas do PT tem apoio do PMDB em 73 dos 256 municípios que governará. O PSD é apoiado pelo PT em 173 municípios e tem o apoio do PSD em 80”, explica a publicação da Sorg que mostra também que o PT apoia o PSDB em 76 municípios e é apoiado por esse partido em 28.

A política de alianças que tanto dano causou ao partido é, sem dúvida, uma questão fundamental para a discussão de balanço que o 6º Congresso do PT (ver pag. 7), está chamado a fazer.

Convocado 6º Congresso do PT em abril

Um PED mitigado em março, foi o que sobrou para a militância

O Diretório Nacional do PT reuniu-se dias 10 e 11 de novembro, com alto quorum, mas praticamente com um único ponto: as condições da convocação do 6º Congresso do partido, decisão já várias vezes adiada.

O DN fechou uma semana de reuniões internas, conduzidas por Lula, com as bancadas na Câmara e no Senado, com as tendências nacionais, além de várias reuniões bilaterais, onde se discutia o balanço da derrota eleitoral e do impeachment, além da renovação da direção. Antes, Lula fizera uma rodada preparatória com as tendências, separadamente.

Esse esforço produziu um resultado muito limitado, face aos apelos de Lula a um acordo que não houve.

O Diretório decidiu convocar um 6º Congresso para 7, 8 e 9 de Abril, com base num PED (Processo de Eleição Direta) em 12 de março - ver www.pt.org.br.

A proposta, aprovada por maioria, traz um arranjo onde o filiado vota no PED municipal (cédula em urna), em chapas locais que disputam os Diretórios Municipais e em chapas estaduais para delegados estaduais. Estes, depois reunidos em Congresso Estadual, elegerão delegados nacionais ao Congresso que renovará o DN (recorde-se que no PED estatutário se elegiam simultaneamente os membros dos DMs, DRs e DN, além dos presidentes).

Mitigando o PED, o recuo parcial da maioria, que todavia rejeita a volta aos encontros de base, onde os delegados eram eleitos pelos filiados militantes, após debate político olho no olho. Assim, se mantém o vício original do PED que esvaziou a militância, em favor do poder econômico e do carregamento de eleitores etc.

O recuo

Chegou-se a isso, após a inversão da pauta do DN, por maioria, que colocou o ponto "conjuntura" para depois do Congresso - a organização antes da política... Como o Diretório ficou quase dois dias paralisado nisso, a primeira reunião do DN após as eleições só adotou, ao final, uma nota genérica que nem tenta avaliar a derrota histórica, muito menos reorientar o partido para a luta política.

As questões de fundo - o porquê da derrota e o que fazer - ficaram subjacentes às propostas de renovação da direção. Era visível que a maioria não tinha uma apreciação comum a respeito. Por isso, preferiu se concentrar em discutir e negociar um recuo parcial na questão do PED, que lhe permitisse manter o controle



Rui Falcão e Lula durante o DN PT

da maioria das cadeiras do DN.

A proposta de Convocação do 6º Congresso foi aprovada por 52 votos (CNB mais aliados do Movimento PT, Novo Rumo e alguns oriundos da Mensagem), contra 27 votos do bloco Muda PT (Mensagem/DS, AE, Avante, MS, EPS), além de 1 voto no projeto abaixo de Markus Sokol (O Trabalho) e nenhuma abstenção.

"Endireitamento"? Conciliação, sim ou não?

O resultado baixou a temperatura, as ameaças de debandada parlamentar, fusão ou frentes de ocasião, além de rachas etc. o que é positivo. Mas nenhum problema foi resolvido, até porque não se aprofundou a raiz da crise e da derrota.

Por exemplo, não se discutiu a atitude face aos novos prefeitos que tomam posse em 30 dias. Segundo o parecer da Secretaria de Organização, a "tendência é que o PT participe de 1676 governos municipais", e fornece a lista, com PMDB, PP, PSD, PSDB e DEM, inclusive! (ver pag. ao lado). O que significa continuar a mesma política...

No DN, houve quem explicou o sucedido pela onda de "endireitamento mundial" contornando a responsabilidade dos dirigentes políticos, tanto entre maioria como no Muda PT. Houve quem contestasse a causa na conciliação ao longo dos 13 anos de governo, tanto na maioria como no Muda PT (DS, no caso), desprezando a adaptação às instituições (e a aliança com o PMDB). E há quem quer saber o nome dos culpados pelos erros, para "pagar a conta" (Raul Pont, DS) - a Lava jato agradece!

Na linha da Reconstrução do PT, na questão do PED, Markus Sokol pro-

pôs um projeto de Congresso militante nos três níveis (voto após debate), aceitando, em troca, suspender por acordo, a discussão sobre o futuro do PED neste Congresso - mas não houve acordo, já que haverá PED municipal.

O Muda PT, por sua vez, também propôs Congresso de militância, mas com a esdrúxula exclusão da pauta da renovação dos DMs até o Congresso, pois "o Congresso Nacional poderá

modificar a estrutura organizativa do partido". Essa medida perigosa poderia liquefazer as estruturas de base do PT (muitos DMs já estão esgotados ou fechados), num momento em que são necessárias para a luta política, e só interessa aos aventureiros e rupturistas, não à Reconstrução do PT.

A crise segue, a luta continua!

Faltam ainda detalhes regimentais na convocatória, que a Executiva do PT discutirá dia 22 (há também uma Comissão de teses funcionando). Mas, desde já, é importante reter a data de inscrição de chapas municipais para os DMs e chapas estaduais de delegados - dia 30 de janeiro próximo.

Este promete ser um verão atípico, portanto, numa situação política extraordinária.

Para os aderentes do Diálogo e Ação Petista e todos os partidários da Reconstrução do PT, esse Congresso traz mais um desafio, de seguir com os atos do Diálogo Itinerante (v. pag. 5), e avaliar a melhor maneira de incidir de forma produtiva nas instâncias do PT, mais necessárias que nunca para apoiar a luta dos trabalhadores e da juventude que tampouco pára.

João Alfredo Luna

"CONVOCAÇÃO À MILITÂNCIA"

Projeto de resolução apresentado por Markus Sokol

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PT

O Diretório Nacional do PT reunido em 10 e 11 de novembro de 2016,

- Considerando a gravidade da situação criada pelo golpe do impeachment, agora desdobrado em medidas anti-populares que desconstroem as conquistas sociais e ameaçam os fundamentos da nação,
- Considerando a profundidade da dupla derrota que o partido sofreu no golpe e nas eleições municipais, e a necessidade tanto de um balanço - acertos e erros - quanto, sobretudo, de uma reorientação sobre a nova situação,

Decide lançar uma convocação à sua militância - em diálogo com as organizações, movimentos populares e personalidades democráticas - para realizarmos em caráter extraordinário, o 6º Congresso do PT para renovar as direções em todos os níveis até abril de 2017, com base na pauta decidida neste DN:

a) Congressos Municipais, com liberdade de inscrição de chapas e teses até 30 dias antes, sem condição de vínculo obrigatório à teses/chapas nacionais, para eleger novos DMs, delegados ao Congresso Estadual e deliberar sobre a pauta;

b) Congressos Estaduais, com chapas e teses escritas até 30 dias antes, sem condição de vínculo obrigatório à teses/chapas nacionais, para adotar resoluções sobre a pauta e eleger delegados ao Congresso Nacional; os Congressos Estaduais voltarão a se reunir após o Congresso Nacional para eleger as direções estaduais;

c) Congresso Nacional, com teses inscritas até 60 dias antes, para adotar resoluções sobre o temário e eleger uma Direção nacional com mandato de dois anos.

Medida extraordinária, para uma situação extraordinária, esta decisão de acordo - o 6º Congresso Extraordinário - não revoga os dispositivos estatutários de organização e, em particular, suspende a discussão sobre o PED da pauta deste Congresso.

“Está claro que estamos vivendo um novo estado de exceção”

Escola do MST é invadida pela polícia

Na manhã de 4 de novembro a polícia civil de SP, sem mandato judicial e sem identificação, invadiu a Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema (SP). Entraram atirando com balas letais, fazendo dois feridos e prendendo dois militantes.

A operação foi deflagrada no estado do Paraná e Mato Grosso do Sul para executar mandados de prisão contra militantes do MST em processos que tratam o movimento como organização criminosa. Até o momento seis lideranças foram presas.

O MST repudiou em nota a ação da polícia exigindo que o governo e as instituições competentes tomem as medidas cabíveis nesse processo. “Somos um movimento que luta pela democratização do acesso a terra no país e a ação descabida da polícia fere direitos constitucionais e democráticos.”

A nota denuncia a escalada da repressão contra a luta pela terra, “onde predominam os interesses do agronegócio associado à violência



Policiais entram atirando, dois militantes ficam feridos

do Estado de Exceção”, apontando que o objetivo da operação “é prender e criminalizar as lideranças dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra”, no Paraná.

A nota lembra ainda que em 7 de abril, as famílias do Acampamento Dom Tomás Balduino foram vítimas de uma emboscada realizada pela PM e por seguranças contratados pela Araupel, empresa que pratica

grilagem de terras públicas. Vilmar Bordim e Leomar Orback foram executados e inúmeros ficaram feridos a bala. Em 1997 pistoleiros da Araupel assassinaram dois trabalhadores sem-terra, os assassinos permanecem impunes. A Araupel financiou a campanha política do chefe da Casa Civil do Governo Beto Richa, Valdir Rossoni.

O MST reivindica que a terra cumpra a sua função social e que seja

destinada para o assentamento das 10 mil famílias acampadas no Paraná.

Solidariedade ao MST

Um dia após a invasão, um Ato de solidariedade ao MST na Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes contou com a participação de entidades do movimento sindical e popular, entre elas a CUT e a UNE, delegações de mais de 20 países, além de Lula e parlamentares.

“O Brasil vive uma escalada autoritária. Não dá mais para falar que a gente está vivendo um Estado Democrático de Direito. Está claro que estamos vivendo um novo estado de exceção”, disse o Senador Lindbergh Farias (P-RJ) no ato.

O ator Wagner Moura em vídeo repudia a ação policial: “se alguém tinha dúvidas de que o Brasil vive um estado de exceção, um estado policialesco, a invasão da escola Florestan Fernandes pela polícia é uma demonstração covarde de truculência, típica de um estado de exceção”.

Nilton de Martins

Cresce a violência policial

PEC 51/2013 propõe a desmilitarização da PM

Com o golpe que derrubou Dilma Cvai se instalando um estado de exceção no Brasil.

Uma consequência é o recrudescimento da violência policial. Ela já era parte do cotidiano da classe trabalhadora, especialmente da juventude negra. Agora, com a violação dos direitos individuais mais elementares, em nome do falso “combate à corrupção”, foi como um sinal dado às polícias de que tudo é permitido.

Pouco depois do usurpador Temer sentar na cadeira presidencial, para justificar a invasão ilegal de uma escola onde estudantes lutavam contra a fraude da merenda, em São Paulo, a PM de Alckmin afirmou: “agora não precisamos mais de mandado”.

Mobilizações contra o golpe foram alvo de violência desmedida. É a consequência da existência de uma polícia treinada não para dar segurança pública à população, mas, sim, para “matar o inimigo”, esse é o sentido da militarização.

Segundo pesquisa recente, em 2015 foram mortas no Brasil 3.345 pessoas pelas mãos de policiais, uma média de nove por dia.

A major Tânia Pinc, da PM de São Paulo, acusa discursos do Executivo e do Judiciário pelo estímulo à violência por-

que se espera do policial que mate o criminoso: “É uma covardia porque quem assume essa morte depois é o soldado e sua família e não essas instituições”.

A PEC 51/2013, do Senador Lindbergh Farias, propõe uma reforma no sistema de segurança com, entre outros, os seguintes pontos:

a) desmilitarização, desvinculando as PMs das Forças Armadas e tornando as polícias órgãos de natureza civil (o que não quer dizer o fim da hierarquia, disciplina ou uniformes);

b) carreira única: não há separação (como hoje) entre a gestão e a execução; para assumir cargos de direção o policial terá que passar, no início da carreira, pelos trabalhos de rua, pela tarefa de patrulhamento;

Em 2015 foram 393 os policiais mortos e, importante, a grande maioria enquanto estava fazendo bicos como segurança à paisana, recurso para fazer face aos baixos salários.

Não é por acaso que a esmagadora maioria da base dos policiais (soldados, investigadores, escrivães) é a favor da reforma da polícia enquanto o nível gerencial (oficiais da PM, delegados) é contra.

Edison Cardoni

No STF golpe contra direitos

Mais um passo na escalada contra os trabalhadores

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em 27 de outubro que os salários dos servidores públicos devem ser cortados imediatamente após a decretação de greve. O relator, ministro Dias Toffoli, argumentou perguntando “quantas vezes as universidades não conseguem ter um ano letivo completo sequer por causa de greves?”, ignorando os ataques aos direitos que o conjunto dos servidores vem sofrendo e que levam à categoria a greve.

A serviço do golpe de que foi avalista, o STF ataca o direito de greve para buscar impedir a resistência dos servidores contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241), aprovada na Câmara e agora no Senado (PEC 55), que congela por 20 anos os recursos destinados aos serviços públicos.

Terceirização em pauta

Agora o STF se prepara para dar mais um golpe no direito nos direitos trabalhistas. Após o ministro Gilmar Mendes ter concedido liminar pedida pela confederação patronal de educação privada suspendendo os efeitos de uma decisão do Superior Tribunal do Trabalho (TST) sobre negociações salariais, segundo a qual deve perma-

necer o acordo coletivo anterior até que novos acordos sejam firmados (ver OT 797), está previsto o julgamento da ação movida pela empresa Cenibra, exploradora e produtora de celulose de Minas Gerais.

A empresa recorreu ao STF após ser condenada pelo TST a pagar R\$ 2 milhões por contratar trabalhadores terceirizados em atividades fins, o que hoje é proibido por lei. A Cenibra também responde a ações movidas pelo Sindicato de Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Guanhanes (MG) e Região que, somadas, podem chegar a cerca de R\$ 50 milhões em caso de condenação.

Para o advogado da empresa a decisão do TST contrária à terceirização “interfere na livre iniciativa da empresa, por limitar a possibilidade de poder escolher como vai organizar a atividade empresarial”. Os terceirizados ganham menos e trabalham mais e com menos direitos, já que passam a ser representados pelo sindicato ligado à empresa que presta o serviço, o que pulveriza a organização dos trabalhadores por ramos de atividade, dificultando a unidade dos trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Há 40 anos surgia a OSI, atual Corrente O Trabalho do PT – Parte 2

Da luta pelo partido operário à tarefa atual de reconstrução do PT

Nos primeiros anos do PT, os militantes da Corrente O Trabalho (OT) participaram ativamente do processo que levou à fundação da CUT em agosto de 1983, ajudando a formular a “Linha sindical do PT” e os estatutos da central, baseados nos princípios de independência diante dos patrões e governos, autonomia diante dos partidos políticos e luta pela liberdade sindical.

Dentro do PT, OT buscou um trabalho comum com seu núcleo dirigente (“Articulação dos 113”), que seguia então um curso à esquerda. Foi o período das “Diretas Já” (1984), com o posterior boicote ao colégio eleitoral da ditadura, em que o PT crescia de forma acelerada, com sua militância organizada em núcleos de base.

A luta por uma Constituinte Soberana em 1985/86, reforça o PT como representação política dos trabalhadores e setores oprimidos e se prolonga na luta anti-imperialista contra o pagamento da dívida externa.

Essa trajetória do PT teve impacto mundial, pois suas posições - fruto de um debate interno intenso - o delimitavam tanto do stalinismo (cuja expressão locais - PCB, PCdoB e MR 8 - o combatiam), quanto da social democracia “reformista”.

A discussão na 4ª Internacional em reconstrução (QI-CIR) sobre a experiência do PT no Brasil reatualizou a “linha da transição” na construção do partido revolucionário. A orientação de lutar por “partidos operários independentes” e pela criação de um quadro internacional amplo de discussão e ação contra o imperialismo, se combina então com a necessidade de reforço e maior centralização da 4ª Internacional.

Em 1987, continuidade assegurada

Em maio de 1987, uma parte dos membros da direção de OT se dispôs a “abrir mão” da corrente e dissolvê-la na então “Articulação”. A maioria dos militantes, contudo, apoiou os dirigentes que se opunham à dissolução de OT e de seus laços com a QI-CIR, reafirmando a sua continuidade no seu 10º congresso (junho de 1987).

Nesse período ocorre o Congresso Constituinte (1986-88) sob o governo de Sarney e OT incide nas discussões que levam tanto o PT (cuja bancada votou “Não” ao seu texto global) como a CUT (3º congresso em BH), a adotarem posição contrária à Constituição de 1988, fruto de um “pacto das elites” que bloqueava as reformas estruturais e preservava entulhos da ditadura no sistema político (além de



proteger os seus crimes).

No plano internacional, OT associa setores do PT e da CUT à realização do Tribunal Internacional de Lima (Peru) contra a Dívida Externa (maio de 1989).

A virada mundial de 1989

A queda do muro de Berlim (9 de novembro de 1989) e o desabamento da União Soviética (URSS, dezembro de 1991) marcaram uma virada histórica. Seu impacto não poderia deixar de atingir o PT, que ao final de 1989 se jogava na primeira campanha presidencial de Lula.

O fim do “socialismo real” - na verdade o balanço do stalinismo, que preparou as condições para a restauração do capitalismo - provocou mudanças de posições existentes no partido: desde aqueles que passaram a ver o socialismo como uma questão “moral”, outros que passam a defender uma “economia social de

mercado”, até aos que rejeitam uma ruptura revolucionária, em favor de reformas que iriam melhorar a vida das massas sem romper com o imperialismo e a propriedade privada dos grandes meios de produção. A tendência à adaptação às instituições herdadas da ditadura e remodeladas em 1988 se reforça e o centro de gravidade do PT passa, pouco a pouco, a ser a disputa eleitoral.

A corrente OT trabalha para associar dirigentes e militantes petistas à preparação da Conferência Mundial Aberta de Barcelona “contra a Guerra e a Exploração”, que vai dar origem ao Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT) em 1991. Em 1993, envia sua delegação ao congresso de reproclamação da

4ª Internacional, realizado em Paris.

Nos anos 90, a resistência à política do FMI e às privatizações, mantém o PT como referência de luta para as massas, primeiro com o “Fora Collor” e depois na oposição aos governos de FHC (1994-2002). Mas o partido já vinha perdendo a característica de organizar a militância para a luta de classes e sua direção, após os revezes eleitorais de Lula contra FHC, passa a buscar alianças muito além do que ela própria definia como o “campo democrático e popular”.

De Lula presidente à luta para reconstruir o PT

Não se trata, neste artigo, de detalhar os elementos da crise atual do PT ou fazer um balanço dos governos Lula e Dilma, mas de traçar, em linhas gerais, a política de OT nesse último período.

OT engajou-se na eleição de Lula em 2002, mesmo em desacordo com seu programa e alianças (simbolizadas pelo vice Alencar). Combateu a política embutida na “Carta aos Brasileiros” (respeito aos acordos de FHC com o imperialismo), por ser contraditória com as reformas (política, agrária, tributária) necessárias e com os interesses das massas que levaram o PT à presidência da República. Razão pela qual OT, quando solicitada, não aceitou cargos no governo Lula, ao mesmo tempo que assegurou que o defenderia de ataques do imperialismo ou da burguesia, preferindo lutar por suas posições no PT.

Desde antes de 2002, e durante os 13 anos, OT defendeu no PT (e também na CUT) a luta por uma Constituinte Soberana para realizar as aspirações de justiça social e soberania nacional do povo brasileiro.

OT esteve entre os primeiros que combateram, desde 2005, a AP 470 (“mensalão”) como um ataque ao PT e empenhou-se na defesa dos dirigentes presos (Zé Dirceu, Genoino, João Paulo e Delúbio), da mesma forma que hoje faz diante da “Lava Jato” e de Vaccari.

OT combateu a política de “aliança nacional” com o PMDB, que vem do 2º governo Lula e que, além dos efeitos destrutivos para o PT em estados e municípios, levou Temer a ser vice de Dilma e daí a ser um dos articuladores do golpe de 2016 a serviço do imperialismo e do empresariado.

OT aprendeu, como seção da 4ª Internacional, que a colaboração de classes leva as organizações construídas pelos trabalhadores ao impasse e à derrota. Ainda mais numa situação em que o imperialismo só sobrevive atacando as conquistas obtidas pela luta de classes (salários, emprego, proteção social) e os elementos de soberania nacional arrancados pela luta dos povos.

Hoje, em pé de igualdade com outros militantes que constroem o Diálogo e Ação Petista, os militantes de OT combatem pela reconstrução do PT como partido operário independente, combatem para reunir militantes e quadros que queiram agir contra a política destruidora do imperialismo no plano mundial, através das iniciativas do AcIT.

Nestes 40 anos, reivindicamos a continuidade de nossa ação política, baseada nos princípios de independência de classe e internacionalismo operário.



Dezembro de 2013: ato em defesa do PT e de seus dirigentes perseguidos pela AP 470

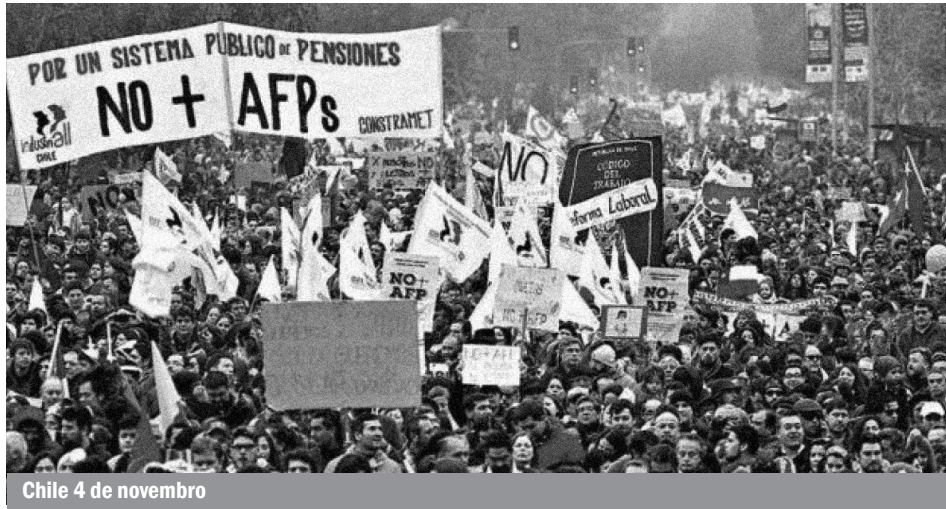
Trabalhadores do Chile fazem protesto histórico

Em 4 de novembro, greves e manifestações no país pelo fim das AFPs, fundos de pensão privados

O dia 4 de novembro ficará marcado na história do sindicalismo e das mobilizações dos trabalhadores do Chile como o maior protesto deste século e provavelmente desde a queda do ditador Augusto Pinochet. Foi mais uma manifestação convocada pela campanha “Não mais AFP” (No+AFP). As AFP são o sistema de previdência privada instaurado pela ditadura militar, com capitalização individual.

Independentemente do número, houve a unificação, sob um só lema, de secundaristas, universitários, pescadores, mineiros, portuários, trabalhadores da saúde, professores, bancários, trabalhadores do comércio (varejo), donas de casa, motoristas do transporte público, imigrantes etc.

O que não havia ocorrido, pelo menos desde a volta da democracia, se sentiu no ar desde as primeiras notícias. Este foi um dia diferente. As emissoras de rádio informavam os pontos onde havia barricadas, que a cada momento cresciam. O metrô de Santiago estava paralisado, a Rodovia Panamericana estava bloqueada, e assim sucessivamente. Em outras regiões do país, ocorria o mesmo. Diante do que ocorria no dia 4, ao ver e recordar as imagens é impossível não se emocionar. Em reportagens das regiões se fala de Arica e Calama totalmente bloqueadas, logo



somou-se Antofagasta e outras mais. Os portos, um a um se somaram, em Bio Bio sete portos se somaram, e assim a lista crescia e crescia.

O dia 4 foi intensamente preparado. Como nunca os trabalhadores apoiaram, como nunca as organizações, que estavam há tantos anos distanciadas, trabalharam juntas, como nunca organizações sociais e territoriais recorreram uma e outra vez a seus setores e comunas. A solidariedade aflorou, os que tem mais recursos produziram material de propaganda e coordenaram ações.

Muitas marchas

Não podemos dizer que se paralisou o país, mas a mão do povo trabalhador foi sentida. Junto com o protesto, veio também a repressão,

que, como sempre, foi escondida pela mídia.

Não estava programada nenhuma grande marcha, mas houve muitas, com milhares de participantes. Em Santiago, foi impressionante ver como as passeatas chegavam à Pla-

za de Armas, pelas várias esquinas, lotando-a totalmente, e os diferentes gritos se cruzavam, elevando um grande clamor. Praticamente não se podia caminhar. Depois dos discursos dos dirigentes locais e nacionais, começou o regresso, com diferentes marchas que se afastavam em várias direções. Milhares de manifestantes se dirigiram a La Moneda (palácio presidencial – NdT) e ali foram recebidos pelas forças militarizadas dos carabineiros.

Às 20 horas, o passo seguinte foi um panelaço em todo o Chile, encerrando um dia positivo quanto à unidade e à mobilização do povo trabalhador, que começa a ver que está em suas mãos o poder de mudar a realidade.

Javier Márquez, de Santiago

ABSTENÇÃO “VENCE” ELEIÇÕES MUNICIPAIS

No dia 23 de outubro, foram realizadas as eleições municipais chilenas. No total, existem 345 comunas, cada uma com um prefeito e um Conselho Municipal de 6 a 10 conselheiros (equivalentes aos vereadores – NdT). O resultado mostra que a abstenção castigou todos os partidos políticos, chegando a 66,6%. A Nova Maioria, coalizão que abrange o Partido Socialista da presidente Michelle Bachelet e os democratas-cristãos, foi a grande derrotada, ao perder comunas emblemáticas, como Santiago, para a direitaista Chile Vamos. No total, 143 comunas terão prefeitos de direita, contra 141 da Nova Maioria, 52 de independentes e 9 de outros movimentos.

Espanha: Nenhum consenso com Rajoy!

Minoria na sociedade e no parlamento, governo quer pactos

Um “novo” governo de direita, encabeçado por Mariano Rajoy do Partido Popular (PP, herdeiro da ditadura franquista) foi constituído no parlamento da Espanha.

Mas a luta não parou, pois todos sabem que se trata de um governo frágil, não apenas por não ter maioria parlamentar, mas por ser minoritário na sociedade, o que aumenta a rejeição a ele por parte dos trabalhadores e, também, dos povos catalão e basco (minorias nacionais dentro do Estado espanhol).

Mas o capital financeiro pressiona Rajoy para agir de forma rápida e eficaz. Não por acaso, uma nova delegação do FMI chegou a Madri para “estudar” a situação econômica do país.

Todos os porta vozes do capital e da União Europeia (UE), dos empresários, da monarquia, acompanhados pelos meios de comunicação, insistem que é preciso fazer pactos: sobre a aposen-

tadoria, sobre o ensino, o ajuste fiscal, sobre a Catalunha etc.

Tais pactos tem um conteúdo explícito: para a aposentadoria, por exemplo, trata-se de fazer cortes, condicionar o valor das aposentadorias à capacidade de arrecadação do Estado (velha proposta dos empresários) e assim abrir espaço para fundos de pensão privados.

Mas, dias antes da constituição do governo Rajoy, os estudantes das Universidades e suas organizações, numa grande mobilização apoiada pelos sindicatos de trabalhadores, indicaram que tipo de pacto seria necessário: a anulação pura e simples da Lei orgânica pela melhoria da qualidade educativa (Lomce).

Com efeito, os únicos pactos que podem ser aceitos pelos trabalhadores, pelos jovens e os povos do Estado espanhol são aqueles que comecem com a anulação das contrarreformas trabalhistas e das leis repressivas que

vêm do governo anterior.

O que equivale a dizer: nenhum consenso com Rajoy contrário às reivindicações da maioria!

Abstenção da bancada do PSOE

Depois que Pedro Sánchez foi demitido do cargo de secretário geral do PSOE (partido socialista), pois resistia, sob pressão da base, a capitular diante de Rajoy (ver OT 796), a direção em torno de Susana Díaz, com a benção de Felipe González, ordenou à bancada do partido o voto de abstenção na formação do novo governo.

Não cabe qualquer dúvida que a abstenção da maioria da bancada parlamentar do PSOE – contra a vontade da maioria dos militantes e eleitores desse partido – foi o que permitiu a Rajoy ser eleito líder do governo.

A lição que este fato traz é que existem dirigentes nas organizações com base na classe trabalhadora que estão

dispostos a sacrificar os seus direitos e submetê-la às ordens dos banqueiros. Isso se daria através de um consenso, ou “acordo de governabilidade”, com um governo de direita para manter e agravar as contrarreformas em curso.

Nesse momento em que o Judiciário prossegue seus ataques aos militantes sindicalistas (como no julgamento de 9 de novembro em Barcelona) e contra o direito do povo da Catalunha a decidir seu futuro, em que, mais uma vez, as aposentadorias são congeladas, em que a Lomce e a Lei de segurança cidadã estão mantidas, para os trabalhadores e a maioria do povo não há outra saída positiva senão recusar todo e qualquer apoio ao governo reacionário e corrupto de Rajoy, organizando a mobilização unitária para fazê-lo recuar de seus ataques.

Correspondente

Os sindicatos e a campanha presidencial

Anseio por um Partido dos Trabalhadores se choca com o vínculo da direção da AFL-CIO com democratas

O congresso da central sindical estadunidense AFL-CIO havia sido marcado por uma resolução, aprovada por unanimidade, reivindicando uma seguridade social baseada no salário diferido. Essa reivindicação se opunha, de fato, ao projeto chamado de “Obamacare”, do presidente Barack Obama.

Nas primárias do Partido Democrata, essa questão ressurgiu. O programa de Hillary Clinton previa reforçar as limitações do “Obamacare”. O de Bernie Sanders se reivindicava da instituição de tal seguridade social. Sobre essa base, sindicatos da AFL-CIO, entre os quais alguns importantes, como o sindicato dos portuários ILWU e o sindicato dos enfermeiros NNU, deram apoio a Sanders nas primárias democratas.

Vários sindicatos, como o dos professores AFT, e mesmo alguns que haviam apoiado Hillary des-

de o começo, pouco falaram da candidata durante sua campanha. Em suas circulares, a questão da eleição presidencial ficava em último lugar. Quanto ao ILWU e ao NNU, eles nem mencionaram a candidatura de Hillary.

O ILWU reproduziu um artigo que demandava: “O que se passou? Que espécie de cegueira pôde conduzir nossos dirigentes democratas quando eles prepararam a derrota na eleição que nos anunciaram ser a mais importante de nossas vidas? “O ILWU continua no quadro do Partido Democrata, mas critica o balanço dessa campanha.

Essa é uma questão central. A velha reivindicação no interior do movimento operário de que a AFL-CIO proponha a criação de um Partido dos Trabalhadores (Labor Party), apoiado nos sindicatos, se choca sempre com a direção da AFL-CIO, que, a cada eleição,

apoia o Partido Democrata. Vários sindicatos mais “militantes” (que não participam habitualmente dos apoios ao Partido Democrata) se inscreveram dessa vez nesse quadro, em virtude da candidatura com fraseologia de “esquerda” de Bernie Sanders, assim como vários grupos de extrema-esquerda e radicais que viam em Sanders aquele que poderia “transmutar” o Partido Democrata em Partido dos Trabalhadores.

Depois da eleição, as reivindicações se mantêm. A questão do acesso aos cuidados de saúde continua colocada, e a necessidade de obter uma seguridade social baseada no salário diferido continua mais urgente do que nunca. A batalha para conquistá-la, para que a AFL-CIO atue de acordo com a resolução de seu último congresso, está na ordem do dia.

Devan Sohier

A QUESTÃO NEGRA

De acordo com algumas estatísticas, o número de negros que votaram em Hillary Clinton baixou 25% em comparação com a eleição precedente, quando o candidato do Partido Democrata era Barack Obama. E esses números dizem respeito apenas aos votantes. Muitos negros avaliam que não houve mudança de sua situação sob o governo de Obama. Pior, eles viram se multiplicar os assassinatos de negros pela polícia, em assustadoras proporções.

México: consequências da eleição de Trump

País está submetido desde 1994 aos efeitos do Nafta, que desmantelou a indústria e arrasou o campo

Donald Trump, presidente eleito dos EUA, prometeu em sua campanha eleitoral levantar um muro na fronteira com o México, expulsar os imigrantes ilegais mexicanos e centro-americanos e retirar-se do Nafta (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), ou renegociá-lo.

No México, os partidos institucionais (de direita e de “esquerda”), em termos quase absolutos, se pronunciaram a favor de Hillary Clinton, da mesma maneira que os meios de comunicação e as entidades patronais.

O Nafta, elaborado por George Bush (pai), firmado e colocado em marcha (1994) por Bill Clinton, abriu uma nova etapa nas relações de pilhagem do imperialismo dos EUA sobre a nação mexicana. Os defensores do Nafta assinalam que, graças a ele, triplicaram os intercâmbios comerciais entre os países componentes do tratado. É verdade, mas o que não se fala é que 80% do que o México exporta é de empresas estrangeiras, ou seja, automóveis, eletrônicos, computadores etc.

O Nafta produziu o desmantelamento da indústria mexicana de porte médio, diante da concorrência das empresas estadunidenses. No campo, os resultados são mais desastrosos, porque é impossível para o México competir com os produtos dos EUA. A autossuficiência que o país tinha na produção de alimentos é coisa do

passado. Os casos mais significativos são os do milho e do feijão, grãos que historicamente compõem a dieta do povo, e se converteram em produtos de importação.

O tratado trouxe outras consequências: a migração do camponês pobre e médio para as cidades e fundamentalmente, em uma primeira etapa, para os EUA. Em seguida, empurrou gerações de jovens, por falta de emprego, para atividades criminosas, gerando com isso uma enorme decomposição social e o desenvolvimento de uma extrema violência no país. Contam-se 200 mil mortos em ações de violência nos 23 anos de existência do Nafta.

Obama vem impulsionando o novo TPP (Tratado Transpacífico), que é a “modernização” e ampliação do Nafta. “O TPP modifica as regras de origem”, dizem os especialistas, o que quer dizer que as condições do intercâmbio comercial serão ainda mais desiguais para os países semicoloniais como o México.

Nessa renegociação se tenta introduzir temas que não estão no Nafta, como o da energia, o que inclui o petróleo. O imperialismo dos EUA (sob a direção de Trump, mas igualmente seria sob a direção de Hillary) busca um controle maior e mais direto dessa riqueza natural



Policial estadunidense na fronteira com México

de migrantes mexicanos nos EUA alcançou o total de 11,6 milhões, ou seja, 10% da população do país, que está em torno de 120 milhões. Desses 11,6 milhões de migrantes, 51% não têm documentos legais.

Há um temor natural entre os migrantes mexicanos e latinos em geral com as ameaças de Trump. Mas, sejamos claros, Obama, o “prêmio Nobel da paz”, tem a responsabilidade pela “repatriação” de 2,8 milhões de mexicanos e por dar impulso à “Iniciativa Mérida” (apoio financeiro para armar as polícias mexicanas), entre outras medidas.

No México, o descontentamento da população trabalhadora foi amplamente contido pelos aparatos sindicais semiestatais ao longo de muitas décadas e, no entanto, a acentuação da pressão por parte do governo imperialista, que agora será encabeçado por Trump, vai aprofundar a crise de decomposição do regime político do partido do Estado, o PRI e de seus aparatos sindicais. A destruição das conquistas arrancadas pelas lutas do povo mexicano está abrindo uma nova etapa na luta de classes deste país, expressando de maneira particular a luta dos povos do subcontinente latino-americano.

Luis Vasquez, do jornal “El Trabajador”, do México

dos países da América Latina.

O muro já existe

Trump fala da construção do muro na fronteira entre EUA e México. A realidade é que o muro já existe. Foi com o Nafta que se começou a construir o muro, que hoje abarca 1 mil quilômetros, dos 3,3 mil quilômetros da fronteira. Os governos (democratas e republicanos) sabiam que, ao destruir o campo e a indústria mexicanos, o tratado provocaria um novo desenvolvimento da migração para os EUA.

Em 23 anos de Nafta, o número

Eleições nos EUA: expressão da crise do capitalismo

O abalo trazido pela eleição de Donald Trump como presidente dos EUA não foi apenas estadunidense, mas mundial. Esse resultado é a refração, no interior do imperialismo mais poderoso, da crise de todo o sistema de dominação imperialista. É também um fator de aceleração da crise, em virtude da posição do imperialismo estadunidense em escala do planeta. Desde a derrocada da burocracia stalinista, no início da década de 1990, esse imperialismo teve de assumir o conjunto das tarefas da contrarrevolução, o que se revelou uma tarefa acima de sua capacidade, em virtude da crise geral do sistema capitalista e da resistência dos trabalhadores e dos povos. A vitória de Trump traz a marca desse impasse do sistema da propriedade privada dos meios de produção.



EUA estão em crise econômica e social

Sob governos republicanos ou democratas 35% dos empregos industriais foram suprimidos

O improvável candidato Donald Trump começou por derrotar o establishment do Partido Republicano, que ficou esfarrapado. Depois, concentrando os seus golpes contra Hillary Clinton – representante desse mesmo establishment e dessa “elite” – conseguiu atrair votos de estadunidenses desesperados com a sua situação.

Como o indicam os resultados, Estado a Estado, foram em especial os do centro dos EUA – desertificados e desindustrializados, onde a população agrícola, os operários, os aposentados e os jovens são lançados na miséria – que votaram maciçamente contra Hillary Clinton, um voto de revolta e de rejeição. (...)

A realidade de todos os EUA e da esmagadora maioria dos estadunidenses é a crise econômica e social – repercussão da crise de todo o sistema da propriedade privada dos meios de produção no seio do imperialismo mais poderoso. É este o aspecto central da situação. Segundo o Escritório do Censo dos EUA [equivalente ao nosso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – NdT], 47 milhões de estadunidenses vivem abaixo da linha da pobreza; uma criança em cada cinco vive graças a rações alimentares da Assistência pública; um milhão e meio de famílias vive com menos de 2 dólares por dia (população que duplicou desde 1996). Se, oficialmente, há 8 milhões de desem-

pregados, na realidade existem muitos mais, pois 95 milhões de pessoas no EUA em idade de trabalhar não fazem parte da população ativa. (...)

Desde 1980, sob governos republicanos ou democratas, foram suprimidos 35% dos empregos industriais.

Com republicanos ou com democratas, o sistema dos dois grandes partidos age a favor do capital financeiro dos EUA. São as necessidades dos seus trustes e monopólios, procurando assumir o controle mundial das matérias-primas e da energia, que provocam os conflitos e as guerras, engordando os fabulosos lucros da indústria de armamento, e semeiam o caos, como o atesta a situação na Síria e no Iraque.

Com a eleição de Trump (mas teria acontecido o mesmo se Clinton tivesse sido eleita), fica aberto um novo período para o capital financeiro dos EUA, cujos interesses requerem que se reconstitua um eixo para tentar disciplinar a classe operária e o povo estadunidense, e submeter os povos do resto do mundo.

Está aberto um novo período para os EUA e para todos os povos do mundo.

Lucien Gauthier, do jornal “Informações Operárias”, do Partido Operário Independente (POI) da França (leia o texto completo em www.otrabalho.org.br)

Incertezas na situação que se abre

É uma crise de todo o sistema, e os dirigentes dos diversos países, assim como os economistas e demais especialistas, estão conscientes disso.

O diretor de pesquisa econômica do banco francês Natixis, Philippe Waechter, escreveu: “É mais complicado e mais grave do que o Brexit (decisão de saída do Reino Unido da União Europeia – NdT) ou o choque petrolífero. Com a eleição de Donald Trump, o mundo entra em um novo paradigma. A eleição de Reagan e a de Thatcher abriram a via para 40 anos de globalização econômica e essa página está talvez prestes a se fechar, com o sinal da eleição do ultraprotecionista Trump. (...) Todos pensavam que, para sair dessa situação de crescimento lento, seria preciso haver mais cooperação internacional. O voto a favor do Brexit foi um sinal contrário. A eleição de Trump é o segundo”.

O capital financeiro não pode ser identificado aos Estados nacionais, porque as multinacionais e os monopólios se emanciparam há muito tempo das fronteiras nacionais. Além disso, durante os últimos 30 anos, se reforçaram como verdadeiras potências internacionais, que procuram ditar ainda mais suas exigências aos Estados nacionais.

Obama, por exemplo, reagiu às ameaças de sanção contra a Apple em nome da defesa dos “interesses estadunidenses”, protegendo uma empresa que não paga seus impostos nos EUA

e que produz na Ásia. Em represália, Obama fez sancionar o Deutsche Bank. Enquanto Trump fez discursos contra a Apple, para que ela leve de volta suas fábricas para os EUA (a Apple emprega 76 mil pessoas nos EUA e cerca de 2 milhões no restante do mundo), todos os economistas concordam em dizer que se trata de uma medida ilusória.

É um período de incerteza que se abre para todo o planeta. Inúmeros comentaristas, principalmente de esquerda e de extrema-esquerda, apresentam Trump como a “pior das soluções” (e fazem subentender que Hillary Clinton teria sido a menos pior das soluções). O bilionário Trump, com suas frases racistas e sua misoginia, exprime a lama da sociedade capitalista em decomposição. Hillary Clinton, a “distinta” dama de Wall Street, também exprime essa decomposição do sistema capitalista.

Todos esses analistas se esquecem de que a sociedade estadunidense, como a do mundo inteiro, é regida pela divisão em classes, portanto pela luta de classes. A classe operária estadunidense se pronunciará, para enfrentar as medidas do governo Trump, no seu terreno, que é o da defesa dos direitos e das garantias dos trabalhadores. Por isso, a situação no interior da central sindical AFL-CIO será decisiva.

(Extratos de artigos do jornal Informações Operárias, França)

UM VOTO DE REJEIÇÃO E CÓLERA

A abstenção nas eleições presidenciais ficou em cerca de 42%, um pouco mais do que em 2012. Hillary Clinton teve 9 milhões de votos a menos do que Barack Obama em 2008, e 6 milhões a menos que em 2012, entre os jovens e os operários. Trump, de outro lado, teve 1 milhão de votos a menos que o candidato republicano de 2012.

O fato decisivo, nessas condições, foi a virada em favor de Trump nos cinco estados do chamado “Rust Belt” (cinturão da ferrugem), vasta área industrial do nordeste do país. Esses estados têm uma forte população operária que vota tradicionalmente nos democratas. Mas a indústria foi arrasada com as realocações sistemáticas dos grandes grupos, que acabaram com milhões de empregos em 20 anos.

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br